ALUNAS: ADRIANA GOMES NASCIMENTO, JÉSSICA LUCENA DE ARAÚJO, NELY HELENA MOITA DE SOUSA.

TRABALHO APRESENTADO AO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA, PARA OBTENÇÃO PARCIAL DE NOTAS NA  DISCIPLINA DE POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA, MINISTRADA PELO PROFESSOR VILMAR MARTINS.

RESENHA DESCRITIVA REFERENTE AO CAPÍTULO 2 DA OBRA “AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DO PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO A PROPOSTA DA DEMOCRATIZAÇÃO” DA AUTORA MARIA CRISTINA PIANA

No capítulo 2 do livro “ As políticas educacionais: dos princípios da organização a proposta da democratização”, a autora Maria Cristina Piana relata a história e a organização do sistema educacional desde a sua criação até os dias atuais. Como é possível perceber, a história da educação no Brasil começou com a chegada do Jesuítas, ficando assim eles responsável pelo sistema educacional. Essa  sistematização educacional foi o marco da educação brasileira que passou a evoluir com a expansão territorial da colônia. Na época a igreja católica predominava, dessa forma os Jesuítas através dessa religião divulgavam o cristianismo e a cultura europeia nos colégios e seminários atingindo com facilidade os objetivos da colonização portuguesa. A igreja católica usava de meios para  manipular os índios, assim fazendo  com que os indígenas fizessem tudo que os portugueses queriam, sem correr o risco deles se rebelarem. Naquela época a estrutura social era formada por escravos, senhores de engenho, os grandes latifundiários e os funcionários da coroa. Então podemos dizer que desde o início o sistema educacional é organizado e estruturado de forma excludente e seletiva, ou seja, não foi criado meios para   que a classe baixa tivesse educação apropriada. Na verdade não era de interesse dos portugueses proporcionar educação ou política para o povos que residiam no Brasil, seu principal interesse  era na exploração dos recursos naturais  e usufruir da riqueza que o país possuía.

Com a expulsão dos Jesuítas em 1759 até a transferência da corte portuguesa para o Brasil, a educação na colônia em 1808 passou por um período de agregação e decadência, pois a coroa portuguesa passou a ver os Jesuítas como uma ameaça, causando assim, sua  expulsão  do Brasil. O que levou acontecer uma séries de conflitos e prejuízos na educação e na economia. Mas, com a chegada de D. João VI, modificou-se a política educacional que o governo português adotava em relação ao Brasil. Foram criadas e inauguradas diversas instituições educativas e culturais, surgindo assim os primeiros cursos superiores de direito, medicina e engenharia, mas esses cursos não eram consideradas universidades. Com essa grande evolução no ensino, surgiu a necessidade de criar novos quadros técnicos e administrativos, pois os serviços estavam crescendo. Então foram fundadas escolas térmicas e academias para atender a demanda, pois com a abertura dos portos intensificou-se o contato com outros países e outras culturas. Em 1822 logo após a independência a assembleia constituinte discutiu a importância da educação popular e em 1827, foi determinada a lei de criação de escolas primárias em todas as cidades e vilas mais populosas , entretanto como era previsto, essas leis não foram implementadas.  A partir do  ano de 1834  as províncias tinham a responsabilidade na educação primária. ( Guiraldelli júnior, 2003, p.11 )

A autora relata que o processo de expansão do ensino foi lenta e irregular,  mesmo com a proclamação da república que aconteceu em 1889 quase não foi alterado ensino, houve somente investimento e expansão no ensino superior, classe dominante para a permanência no poder. Podemos observar que foi logo após a primeira guerra Mundial que a política educacional começou a modificar-se com surgimento de uma geração de grandes educadores em destaque Anísio Teixeira, causando assim , o acontecimento de várias reformas relacionadas ao ensino dos Estados. Quando analisamos a história da educação podemos ver que desde o início o sistema educacional passa por várias crises, fora a desconsideração com os problemas educacionais. E se analisarmos bem podemos perceber  que o sistema educacional faz parte de um meio elitista, excludente e seletivo, com a autora Maria Cristina Piana deixa evidente em seu livro. A exclusão da classe baixa mesmo depois de várias escolas técnicas ou academias serem criadas ainda é notório  que nem todos tinham o privilégio para fazer parte do ambiente educacional. E se levarmos para os dias atuais, claramente  o ensino continua pobre e seletivo, onde muitas pessoas sofrem para ter uma educação apropriada, uma educação para todos, ou seja, uma igualdade na educação. O segundo tópico pertencente ao capítulo 2, traz um adicional que tem por característica "Proposta de uma gestão participativa e uma educação de qualidade". Nessa temática a autora evidencia sobre as transformações educacionais ao passar do tempo, fazendo citações históricas que influenciou no processo de ensino, em primeiro momento, a escritora Maria Cristina, deixa explícito que a brusca mudança no meio educacional foram designados através do momento atual no qual o país estava vivendo com as crises internacionais e nacionais em função do capitalismo, a educação por sua vez, era tratada com total descaso, em vários momentos na história seu acesso manteve-se sobre a elite, apenas filhos de família com alto poder aquisitivo tinha oportunidade a ter educação, nessa época não era falado em tornar o ensino público e igualitário para todos, onde as classes desfavorecida tivesse direito de usufruí-la, tão pouco era dito sobre melhorar e dar prioridade a educação. Durante o período da ditadura militar a educação experimentou uma fase difícil com relação à qualidade de ensino, os profissionais responsáveis em transmitir o conhecimento em sala não tinha liberdade de ensinar sem sofrer censura, a postura do professor era mantida como uma pessoa flexível e de rigidez que apresentava a função de formar caráter e os costumes dos alunos para conviver em sociedade, houve também nesse período uma baixa nos salários dos trabalhadores e queda de aplicação de Capital público, esses entre outros fatores motivou um "grande índice de evasão escolar" que gerou em sua decorrência uma alta no crescimento ao ensino privado e a procura do ensino profissionalizante. Outro fator apresentada por Maria Cristina, é a crise estrutural, onde o mundo passou a dar início as transformações sem uma estruturação hierárquica de regras no meio político, econômico e social, e isso motivou uma mudança no processo de rendimento colocando o toyotismo como meio de produção. Neste momento a sociedade passa por uma distribuidora crise aguda no trabalho, no meio social e na educação. O Brasil passou por muitos acontecimentos e doutrinas econômicas para controlar o funcionamento do mercado que geraram desvantagens significativa para os direitos dos trabalhadores, como o avanço tecnológico não via-se necessidade de contratar grandes quadros de funcionários, no qual acarretou em uma alta no desemprego. É notório que durante esse ciclo o país passou por uma grande desigualdade principalmente no meio econômico onde os direitos sociais eram quase inexistentes, a sociedade passava por uma crise e o neoliberalismo ganhava mais força.

Para Piana, Mc (2009)

As transformações na produção e nas relações sociais buscam camuflar e neutralizar as desigualdades e as lutas de classes geradas pelo capitalismo que são aprofundados pelo neoliberalismo.

 Com a falta de emprego e a desigualdade de renda onde apenas uma porcentagem significativa tinha o poder para usufruir das riquezas, somente a elite tinha condições socialmente boas, enquanto o restante da população sofria com aumento da pobreza, descaso dos governantes públicos, baixa qualificação profissional, pois os trabalhadores encontraram várias dificuldades para inserir-se no meio profissional. Mediante a vista negativa que o país encontrava-se surgiram movimentos que se voltava contra o estado, reivindicando uma sociedade igualitária. Pois um país que  possui de inúmeras  riquezas que  só é válido para um pequeno grupo, deixando a outra metade em total descaso. Por fim, a autora a ponta em seu texto uma série de fatos históricos e estatísticas que comprovam a desigualdade econômica que o Brasil possui, mostrando que, com a globalização do capital e os princípios neoliberais são reflexos de uma sociedade com exclusão social, e através dessa desigualdade é notório ver no ambiente social pessoas com situação de vulnerabilidade, crianças nas ruas sendo exploradas por meio do trabalho infantil, alto índice de jovens e crianças analfabetas por estarem nas ruas à procura de sobrevivência ao invés de estarem nas escolas. Nesse aspecto que as políticas públicas sociais brasileiras entram para assegurar o bem-estar da população a essa parte da sociedade que encontra-se em situação de miséria, direitos esses que devem ser  assegurados por lei. A respeito das políticas educacionais com sua série de medida, a fim de planejar o acesso a educação para todos os cidadãos, ainda é enfraquecida com alta demanda e infelizmente esses direitos garantidos por lei brasileiras não garantem totalmente o direito ao acesso à educação de qualidade, mesmo com a Constituição Federal e sua Reforma em 1988. A escritora fecha esse diálogo ressaltando que "É importante considerar que a democratização da educação, aqui apresentada, extrapola as ações voltadas para a ampliação do atendimento escolar. É por meio dessa postura assumida pelos sujeitos e dirigentes educacionais que participam do processo educativo, que se inaugura o sentido democrático da prática social da educação" .

A terceira temática proposta pela autora é “A política educacional e as diretrizes do ensino em serviço social”, o serviço social é parte fundamental integrante das políticas educacionais brasileiras, pois possui uma contribuição importante na área escolar identificando fatores sociais, culturais e econômicos, fatores esses que tanto aflige o campo educacional. Desta forma o serviço social tem como principal função buscar formas eficientes de acabar com os problemas que prejudicam a educação, problemas esses como: a evasão escolar, o baixo rendimento escolar, sexualidade, violência doméstica, e outros fatores que dificultam a aprendizagem do aluno.

Mas para entendermos o serviço social como parte integrante da política educacional é fundamental entender como funciona o modelo econômico adotado pelo país no início do século XX, que se deu pelo movimento de 1964. Nessa época os padrões econômicos passaram a ser sustentados pela hegemonia dos consórcios internacionais o que fez com que o país tivesse que criar um padrão de consumo para atender a demanda grande do mercado interno com uma tecnologia mais avançada, além disso foi preciso investir cada vez mais em mão de obra qualificada para atender às exigências tecnológicas e burocráticas. O Brasil nesse período teve que investir em mão de obra excedente, mantendo os salários dos funcionários baixos, visando desta maneira uma lucratividade muito grande. Diante desses fatores o Brasil precisou investir muito em tecnologia avançada o que fez com que o governo tivesse que buscar capital estrangeiro o que ocasionou uma dívida externa muito grande no país.

Depois desse período já em 1980, as políticas sociais assim como a política educacional se ajustaram ao modelo econômico, fez com que o tempo das incertezas não existisse mais, e isso aconteceu por pouco tempo. Do outro lado a educação aliou-se ao projeto ideológico onde visava o melhoramento das capacitações da classe trabalhadora, desta forma o estado começou a valorizar a educação como "Salvação Nacional" colocando a educação a serviço do Estado, para desta maneira realizar projetos políticos e econômicos, fazendo assim a educação continuar desvalorizada. Em relação ao serviço social a formação profissional é marcada pela realidade brasileira e pelo descaso do sistema educacional brasileiro. Desde os anos 80, que a formação em serviço social é marcado por denúncias de descasos políticos e pela falta de investimento nas estruturas das organizações do corpo docente e discente.